



DESCOBERTAS
DO BRASIL

Angélica Madeira
e Mariza Veloso
organizadoras

EDITORA



UnB

ENIGMA BRASIL

Este livro multidisciplinar compõe-se de diversos olhares curiosos e perspicazes de autores contemporâneos sobre os variados países-Brasil, imaginados por artistas e intelectuais ao longo do tempo, do período colonial à contemporaneidade. São onze ensaios – escritos por sociólogos, teóricos e estudiosos da literatura, antropólogos, lingüistas, críticos de arte, diplomatas, historiadores e artistas, alguns renomados, todos muito lúcidos e bem informados – a respeito de movimentos culturais e autores que pensaram, pintaram, romancearam, cantaram, filmaram o Brasil, dos pós-modernos ao Marquês de Lavradio, do Cinema Novo aos iluministas, dos românticos aos modernistas, de Euclides da Cunha a Guimarães Rosa, de Humberto Mauro a Nelson Pereira dos Santos e Glauber Rocha.

Dessa polifonia emergem tradições culturais muito distintas entre si, tanto dos autores dos ensaios quanto dos artistas, intelectuais e textos analisados. As visões se interpenetram, se contradizem e se influenciam mutuamente, trazendo para o centro do livro questões cruciais, rela-



DESCOBERTAS
DO BRASIL



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor
Lauro Morhy

Vice-Reitor
Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor
Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente
Elizabeth Cancelli

Estevão Chaves de Rezende Martins, Henryk Siewierski,
Moema Malheiros Pontes, Reinhardt Adolfo Fuck,
Sérgio Paulo Rouanet, Sylvia Ficher



DESCOBERTAS DO BRASIL

Angélica Madeira e Mariza Veloso
organizadoras

EDITORA

UnB

Copyright © 2001 by Angélica Madeira e Mariza Veloso (organizadoras)

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

SCS Q. 02 Bloco C Nº 78 Ed. OK 2ª andar

70300-500 Brasília DF

Fax: (0__61) 225-5611

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Equipe editorial

Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli *preparação de originais*

Gilvam Joaquim Cosmo, Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli, Clarissa Falcão de Sant'Anna, Sonja Cavalcanti e Yana Palankof *revisão*

Sabrina Lopes *projeto gráfico e capa*

Elmano Rodrigues Pinheiro *produção gráfica*

Screen CTP e Fitolitos Digitais *fotolitos*

Editora e Gráfica Itamarati *impressão e acabamento*

Ilustração da capa: sobre a imagem "Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz, chamado vulgarmente o Brasil", de João Teixeira Albernaz, 1640. Arquivo do Ministério das Finanças, Lisboa.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Descobertas do Brasil / Angélica Madeira e Mariza Veloso (organizadoras)
Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.
340 p.

ISBN: 85-230-0606-0

1. História do Brasil. 2. Cultura Brasileira. I. Madeira, Angélica.
II. Veloso, Mariza.

CDU 981

AGRADECIMENTOS

Um trabalho deste porte e desta natureza não poderia ser realizado sem o esforço e a colaboração de pessoas e instituições que o tornaram viável e concreto.

Agradecemos ao Embaixador Lauro Moreira, Presidente da 1ª Comissão para as Comemorações do V Centenário da Descoberta do Brasil, por seu empenho primordial em construir uma base para a reflexão crítica e multidisciplinar sobre a Cultura Brasileira.

Ao Secretário Tarcísio Costa, Secretário Executivo da mesma Comissão, interlocutor intelectual e entusiasta das idéias que orientaram este projeto.

A Maria Lucia Verdi, Assessora Especial da Comissão, que, em momentos de dificuldades e incertezas sobre a continuidade deste projeto, assumiu, de forma decisiva, a coordenação dos trabalhos.

Gostaríamos de agradecer ainda a todos aqueles que participaram da execução, desde seu início até sua concretização em forma deste livro.

Nosso reconhecimento a todos os colegas que aceitaram participar desta coletânea, com suas idéias originais, resultado de pesquisas extensas e exaustivas, mesmo tendo sido mudadas a natureza e as condições iniciais.

As organizadoras

SUMÁRIO

Apresentação	9
Brasil-Colônia: Deslocamento e Hibridismo	
Molduras para o Período Colonial Brasileiro: uma agenda de pesquisa Angélica Madeira e Mariza Veloso	23
No Brasil Colonial, "um é o outro": etnocentrismo e relativismo no olhar do Marquês de Lavradio Mary Del Priore	53
Combates da razão: luzes e pombalismo entre os mineiros Fábio Lucas	77
O Brasil Moderno: Literatura e Sociedade	
Oralidade, romance e pedagogia de leitura no romantismo brasileiro Marisa Lajolo	89
Os sertões entre dois centenários Roberto Ventura	109
Caio Prado: modernista, contemporâneo Mariza Veloso e Angélica Madeira	125
A redescoberta do Brasil nos anos 1950: entre o projeto político e o rigor acadêmico Lúcia Lippi Oliveira	139

Ensaio

grandesertão.br ou: A invenção do Brasil Willi Bolle	165
---	-----

Arte e Cultura

A sonoridade brasileira Luiz Tatit	239
---------------------------------------	-----

O Brasil traduzido no cinema Flávio Goldman	273
--	-----

A construção da identidade nacional na arte dos anos 1960 e 1970 Murilo Fernandes Gabrielli	293
---	-----

Sobre os autores	325
-------------------------	------------

Créditos das imagens	327
-----------------------------	------------

**O BRASIL MODERNO:
LITERATURA E SOCIEDADE**



OF BRASSIL MODERN
ON RATIONAL FOOTWEAR

OS SERTÕES ENTRE DOIS CENTENÁRIOS

Roberto Ventura

Euclides da Cunha abordou, em seus escritos, duas regiões tidas como inóspitas e inexploradas: o sertão baiano e a selva amazônica. Enviado a Canudos como correspondente de guerra em 1897, escreveu uma série de reportagens para *O Estado de S. Paulo* e publicou, em 1902, *Os sertões*, no qual criticou a violência da campanha militar. Como chefe da comissão brasileira de reconhecimento do Alto Purus, no Acre, explorou as nascentes do rio e redigiu os ensaios sobre a Amazônia, reunidos em *Contrastes e confrontos*, de 1907, e em *À margem da história*, de 1909.

Os ensaios amazônicos são a face menos conhecida de sua obra. Encontram-se dispersos em artigos e entrevistas de jornal, em crônicas e prefácios, em sua correspondência, além dos documentos da viagem, que foram resumidos no *Relatório da comissão mista brasileira-peruana de reconhecimento do Alto Purus* (1906). Seu relatório se completa com o registro visual da expedição: as fotografias de Egas Florence e os mapas que fez como cartógrafo do Itamarati.

A obra de Euclides inseriu-se em um movimento de redescoberta do país, que se prolongou até o modernismo, trazendo o interesse pelas regiões desconhecidas do interior e pelos relatos dos viajantes e naturalistas. Tal interesse encontrou expressão na literatura regionalista da virada do século XIX para o XX, na qual ficcionistas, como Coelho Neto, Afonso Arinos, Afrânio Peixoto, Valdomiro Silveira, Simões Lopes Neto e Hugo de Carvalho Ramos, voltaram-se para a representação da vida, da paisagem e da cultura do homem do sertão.

Em contraste com tal interesse literário pelos sertões, dois centenários foram comemorados no início do século XX, ligados a fatos que trouxeram a inserção cosmopolita do Brasil na história e no comércio mundiais: os quatrocentos anos do descobrimento, celebrados em 1900, e os cem anos da abertura dos portos brasileiros, festejados com a Exposição Nacional no Rio de Janeiro em 1908. Euclides publicou *Os sertões* entre esses dois centenários e tomou parte, como orador, de suas solenidades.

O escritor discursou, na noite de 6 de maio de 1900, nas comemorações do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil em São José

do Rio Pardo, no interior de São Paulo. Como engenheiro do governo do estado, residia na cidade desde 1898, para reconstruir a ponte metálica sobre o rio, que ruíra com uma enchente. A festa do centenário foi celebrada com uma missa e um desfile de quase duas mil pessoas, dos quais participaram políticos, militares, comerciantes, representantes da lavoura e alunos das escolas da região. Após o desfile, houve discursos em frente à Câmara Municipal, com a presença de Euclides, que saudou a viagem de Pedro Álvares Cabral como acontecimento que dilatou o império português e a fé católica, dando início à integração "da terra ainda virgem à Civilização afastada" (Hardman, 1993, p. 7-10).

As comemorações do achamento da terra brasileira pelos navegadores portugueses foram intensas na capital da República. A Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil organizou diversas atividades, as quais incluíram a criação de hino, a construção de monumento e de um pavilhão na praça da Glória, a realização de congressos e de festas populares, religiosas e navais, e a inauguração de um orfanato, de um clube naval e da associação dos empregados do comércio. Um panorama do descobrimento do Brasil com telas pintadas por Vítor Meireles, dentre elas o famoso quadro da primeira missa, foi montado no centro do Rio. A associação publicou ainda o *Livro do Centenário (1500-1900)*, em quatro volumes, que reunia ensaios sobre a formação da sociedade e da cultura brasileiras, com colaborações de Sílvio Romero (literatura), José Veríssimo (instrução e imprensa), Coelho Neto (belas-artes), Oliveira Lima e Capistrano de Abreu.

Euclides discursou ainda em outro centenário, o da abertura dos portos, comemorado com a Exposição Nacional, inaugurada no Rio de Janeiro em 11 de agosto de 1908. A exposição foi instalada em diversos pavilhões construídos na Praia Vermelha, onde outrora se erguera a Escola Militar, na qual Euclides fizera o curso de estado-maior e engenharia militar. Com o objetivo de atrair capitais para o país, a exposição fazia um panorama da produção brasileira, com pavilhões dedicados à indústria, à pecuária, à agricultura e às artes, e mostrava as melhorias da capital, resultantes dos trabalhos de saneamento de Oswaldo Cruz e de reforma urbana do prefeito Pereira Passos. Iluminada por lâmpadas elétricas e um possante holofote, a exposição tinha fontes luminosas e cascatas com efeitos de luz, procurando dar, segundo o *Jornal do Comércio*, "toda a aparência de um sonho das mil e uma noites". Havia ainda atividades recreativas com uma retrospectiva da dramaturgia brasileira apresentada em dois teatros, a exibição de filmes em um cinematógrafo, além de campo de patinação, circo de cavalos, bares e restaurantes ("Exposição Nacional").

O autor de *Os sertões* foi o orador, em 23 de agosto de 1908, do banquete em homenagem ao diplomata e político Joaquim Francisco

de Assis Brasil, realizado no restaurante Pão de Açúcar durante os festejos da Exposição Nacional. Assis Brasil, que participara das negociações para a incorporação do Acre ao território brasileiro, assegurada com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903, procurava organizar o Partido Republicano Democrático, cujo manifesto defendia a adoção do voto secreto e a realização de eleições livres como forma de se criar um governo democrático e representativo.

Assis Brasil foi saudado como o representante da moderna geração de homens públicos que preferiam a ação política aos ornamentos da palavra. A Exposição Nacional trazia as recordações da Escola Militar, onde ingressara em 1886, três anos antes da derrubada da Monarquia. A escola foi fechada em 1904 por causa da participação dos cadetes na revolta contra a vacina obrigatória, tendo sido mais tarde demolida para dar lugar aos pavilhões da exposição. Lembrava que o salão onde se reuniam para o banquete se achava em um dos ângulos da antiga fortaleza da Praia Vermelha, onde lera o livro de Assis Brasil, *República Federal*, que servia de inspiração aos republicanos. Elogiava a firmeza de princípios do homenageado, que renunciara, após a Proclamação da República, ao mandato de deputado no Congresso Constituinte, por ter discordado da eleição indireta do marechal Deodoro da Fonseca para a Presidência. Ainda que não pretendesse participar do partido lançado por Assis Brasil, considerava que a iniciativa poderia trazer um grande benefício para o país ("Banquete").

PAISAGEM E PROGRESSO

O interesse de Euclides pela natureza, presente em *Os sertões* e nos ensaios sobre a Amazônia, manifestou-se desde o primeiro artigo que escreveu, "Em viagem", publicado em 1884 no pequeno jornal dos alunos do Colégio Aquino, no Rio de Janeiro. Registrava as impressões captadas em um passeio de bonde, de onde via as encostas do Rio cobertas de mata. Transfigurava a paisagem numa explosão de sons e cores, na qual a vida palpitava no esplendor da primavera: "Guiam-me a pena as impressões fugitivas das multicores e variadas telas de uma natureza esplêndida que o *tramway* me deixa presenciar de relance quase".

Introduzia, nesse quadro quase idílico, um tom sombrio ditado por sua sensibilidade romântica, na qual o progresso, representado pela estrada de ferro, era visto como uma ameaça à natureza: "o progresso envelhece a natureza, cada linha do trem de ferro é uma ruga e longe não vem o tempo em que ela, sem seiva, minada, morrerá!". E concluía com um brado contra o avanço da civilização, que degradava a beleza da paisagem: "Tudo isto me

Descreveu, em *Os sertões*, a região de Canudos, no vale do rio Vaza-Barris, no nordeste da Bahia, como "estranho território" ou "paragem sinistra e desolada", que teria atravessado quatrocentos anos de história absolutamente esquecida: "As nossas melhores cartas enfeixando informes escassos, lá têm um claro expressivo, um hiato, *Terra ignota*, em que se aventura o rabisco de um rio problemático ou idealização de uma corda de serras" (Cunha, 1985, p. 96-98). Considerou o sertão baiano como área com leis climáticas próprias e um tipo humano definido, o sertanejo, que idealizou como homem forte, mistura de cavaleiro medieval e de vaqueiro romântico, "rocha viva", sobre a qual se poderia criar o brasileiro do futuro.

Enfocou, tanto em *Os sertões*, quanto nos ensaios amazônicos, um mesmo personagem: o sertanejo, "expatriado dentro da própria pátria". Denunciou a "antinomia vergonhosa", na qual o civilizado se tornava bárbaro em Canudos ou no Purus. Reunido em comunidade sob a liderança do Conselheiro, ou em migração para os seringais do Acre, o sertanejo fugia das calamidades da seca. Inimigo da República em Canudos, passou a ser visto com maior simpatia na Amazônia, como agente de povoamento nos confins da selva, responsável pela expansão do território brasileiro.

Euclides trouxe a público, em artigo na revista *Kosmos*, do Rio de Janeiro, e em *À margem da história*, o trabalho semi-escravo nos seringais do Acre, trabalho que atacou como a mais criminoso organização do trabalho, "paraíso diabólico" ou "prisão sem muros", na qual o homem, acorrentado a dívidas, trabalhava para se escravizar. As estradas que ligavam as barracas às árvores lembravam, com seu traçado, os "tentáculos de um polvo desmesurado", "imagem monstruosa e expressiva da sociedade torturada" (*idem*, 1995c, p. 558-560; *idem*, 1995g, p. 258).

O narrador-viajante, batedor do processo histórico e civilizatório, segue trilhas e pistas pelo deserto. Fora da história e da geografia, o sertão tornou possíveis atos de violência e barbárie, como o massacre dos conselheiristas, o cárcere dos seringueiros e a destruição das matas e das florestas, devastadas pelas queimadas indígenas, pela exploração dos plantadores e pelas caldeiras dos barcos e das locomotivas a vapor.

OS SERTÕES BAIANOS

Flora Süssekind mostrou, em *O Brasil não é longe daqui*, que o narrador romântico da prosa de ficção brasileira, surgida em meados do século XIX, incorporou a forma literária dos relatos de viagem e a visão pictórica dos desenhos dos paisagistas. O sujeito ficcional tinha, nesse momento, um perfil bastante

próximo ao narrador de viagens, ao cartógrafo e ao paisagista, e atuava, ao mesmo tempo, como historiador e cronista de costumes.

Ao escrever sobre Canudos e sobre a Amazônia, Euclides adotou o ponto de vista do viajante em movimento, o qual dá expressão artística ou científica à paisagem. Não se colocou, em *Os sertões*, como narrador, com exceção da "Nota preliminar" e de alguns poucos trechos, nos quais admitiu ter registrado suas impressões pessoais: "O que se segue são vagas conjecturas. Atravessamo-lo [o sertão] no prelúdio de um estio ardente e, vendo-o apenas nessa quadra, vimo-lo sob o pior aspecto" (*idem*, 1985, p. 110). Incorporou, como narrador, a cultura escrita e dialogou com a tradição dos relatos de viagem e das expedições científicas.

Publicou, em 14 de março de 1897, no *Estado de S. Paulo*, "A nossa Vendéia", seu primeiro artigo sobre Canudos. Comparava a guerra à rebelião camponesa, monarquista e católica, da região da Vendéia, ocorrida na França, de 1793 a 1795, como reação à derrubada do Antigo Regime. Assim como a Revolução Francesa havia sido ameaçada pelos camponeses da Vendéia, a recém-proclamada República brasileira estaria em perigo pela atuação dos seguidores de Antônio Conselheiro. A comparação garantia, pela crença na repetição da história, a certeza da vitória sobre os rebeldes: "Este paralelo será, porém, levado às últimas conseqüências. A República sairá triunfante desta última prova".

Escrito em São Paulo, antes de ser enviado ao local do conflito, o artigo surpreendeu pela riqueza de detalhes geográficos, climáticos, botânicos e geológicos sobre o vale do Vaza-Barris, recriados a partir dos mapas e das informações fornecidos pelo engenheiro baiano Teodoro Sampaio, seu colega na Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, o qual percorrera o interior da Bahia em 1880. Citava viajantes e naturalistas, como Martius, Saint-Hilaire, Humboldt, Caminhoá e Livingstone, e antecipava algumas das teses de *Os sertões* sobre a simbiose entre o homem e a terra do sertão.

Descrevia o meio físico como o maior aliado dos conselheiristas, na tentativa de explicar a surpreendente derrota das três expedições militares enviadas contra o arraial. A natureza agreste seria o maior obstáculo ao avanço das tropas, por apresentar solo arenoso e estéril, com vegetação escassa e deprimida. Destacava ainda as oscilações climáticas extremas, "da maravilhosa exuberância à completa esterilidade", nas quais os períodos de seca se alternavam com chuvas torrenciais, que faziam a vegetação voltar a florescer (*idem*, 1939, p. 161-167).

Em um segundo artigo, publicado em julho no *Estado*, considerou o jagunço, contra o qual lutavam os soldados republicanos, como reflexo

do meio rude e inconstante: "Não há persegui-lo no seio de uma natureza que o criou à sua imagem – bárbaro, impetuoso e abrupto" (*idem, ibidem*, p. 172). O inimigo era auxiliado pela natureza, que formava cerrados impenetráveis nas encostas e serras e levantava trincheiras na movimentação irregular do solo, fornecendo ainda salitre para o preparo da pólvora e grãos de quartzo depositados nos leitos dos rios que serviam como balas.

Euclides adotou, em *Os sertões*, publicado cinco anos após o término do conflito, uma concepção naturalista, baseada no historiador francês Hippolyte Taine, que lhe forneceu a base científica, ou o pretexto, para buscar correspondências poéticas entre os fatos narrados e a paisagem à sua volta. Taine considerou, na *Histoire de la littérature anglaise* [*História da literatura inglesa*] (1863), que a história de um povo seria determinada por três fatores: o meio, ou o ambiente físico e geográfico; a raça, responsável pelas disposições inatas e hereditárias; e o momento, resultante das duas primeiras causas.

Euclides dividiu seu livro em três partes, correspondentes aos fatores apontados por Taine: "A terra", "O homem" e "A luta". Tratou, em "A terra", da geologia e da geografia do sertão baiano, incluindo o clima do semi-árido, a vegetação da caatinga e a problemática das secas que assolam a região. "Barbaramente estéreis", "maravilhosamente exuberantes", os sertões formariam uma categoria geográfica própria, paradoxal e anti-tética, capaz de oscilar entre a aridez das estepes e dos desertos e a abundância dos vales férteis. O "martírio do homem", submetido à violência dos agentes exteriores e às estigmas prolongadas, seria apenas o reflexo de uma "tortura maior": "Nasce do martírio secular da Terra..."

Discutiu, em "O homem", as origens do homem americano, a formação racial do sertanejo e os malefícios da mestiçagem. Explicou a guerra como o resultado do choque entre dois processos de mestiçagem: a litorânea e a sertaneja. Glorificou o mestiço do sertão, que apresentaria vantagem sobre o mulato do litoral, em razão do isolamento histórico e da ausência de componentes africanos, que tornariam mais estável sua evolução racial e cultural. "O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral" (*idem*, 1985, p. 137, 179).

Finalmente, em "A luta", denunciou o Exército e o governo pela destruição da comunidade e pela degola dos prisioneiros, realizadas em nome da consolidação da ordem republicana. Procurou mostrar como os dois lados do conflito – o litoral e o sertão – se encontravam tomados por fanatismos religiosos e políticos. Os soldados saudavam a memória do marechal Floriano Peixoto, cuja efígie traziam no peito, com o mesmo entusiasmo doentio com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus. O coronel Moreira César, coman-

O LIVRO DA NATUREZA

Euclides confessou, em carta de 1903 a Luís Cruls, que alimentava, havia muito, o sonho de uma viagem ao Acre, mas que não via como realizá-la (Galvão *et al.*, 1997, p. 149). A região era palco desde 1902 de conflitos entre soldados peruanos e seringueiros brasileiros e se tornara alvo de disputas territoriais entre o Brasil, o Peru e a Bolívia. O engenheiro belga Luís Cruls cheficara, em 1901, a comissão de reconhecimento do Alto Javari, na região do Acre, para o Ministério das Relações Exteriores.

Euclides desligou-se, no início de 1904, da atividade de engenheiro que exercia para o governo de São Paulo desde 1895, depois de sua saída do Exército. Sem emprego fixo, retomou a colaboração com *O Estado* e passou a escrever também para *O País*, no Rio de Janeiro, enquanto procurava nova colocação na engenharia. Foi ao Rio pedir ajuda a Lauro Müller, ministro da Viação e Obras Públicas, que fora seu colega na Escola Militar.

Em dois artigos em *O País*, de maio de 1904, apresentava ao governo o “plano de uma cruzada” ou de uma “campanha formidável contra o deserto”: “O deserto invoca o deserto. Cada aparecimento de uma seca parece atrair outra, maior e menos remorada, dando à terra crescente receptibilidade para o flagelo”. Propunha uma “guerra dos cem anos” de combate às secas do Nordeste, que incluía a exploração científica da região e a realização de um conjunto de obras, como a construção de açudes e poços artesianos, a arborização em larga escala, a construção de estradas de ferro e o desvio das águas do rio São Francisco para as regiões atingidas pela estiagem (Cunha, 1995e, p. 153-160).

Sem perspectivas de obter trabalho como engenheiro, tornou público seu interesse pela Amazônia, ao tomar parte, em maio de 1904, com artigos no *Estado de S. Paulo*, do debate sobre a ocupação do Acre e os conflitos do Peru com a Bolívia e o Brasil, que tomava como movimento de expansão para o Atlântico. Revelava sua disposição para participar de uma das viagens de exploração dos rios da região, Juruá e Purus, que se anunciavam para o ano seguinte.

Temendo a eclosão de uma guerra, criticava, nesses artigos, o envio de tropas brasileiras para o Alto Purus e defendia uma solução diplomática, sem intervenção militar, para as questões de fronteira. Mostrava-se favorável aos termos do Tratado de Petrópolis, que o Brasil assinara com a Bolívia no ano anterior, incorporando o território do Acre, que havia sido ocupado por seringueiros vindos do Norte e do Nordeste (*idem, ibidem*, p. 179-189).

O Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, nomeou Euclides, em agosto de 1904, chefe da comissão brasileira de reconhecimento

dante da terceira expedição, líder epiléptico dos florianistas, é tido como tão desequilibrado quanto o Conselheiro. Ambos refletiriam a instabilidade dos primórdios da República.

Euclides viu o sertão como reflexo do litoral: a barbárie estaria por toda parte. Criticou as jornadas jacobinas no Rio de Janeiro, em março de 1897, quando multidões reagiram à notícia da derrota da terceira expedição contra Canudos, com a destruição de jornais monárquicos e o assassinato de um jornalista. Considerava os manifestantes da rua do Ouvidor, centro do comércio elegante e das redações de jornais, mais perigosos do que o homem do sertão: são “trogloditas completos”, “enluvados e encobertos de tênue verniz de cultura”. E observou: “O mal era maior. Não se confinara num recanto da Bahia. Alastrara-se. Rompia nas capitais do litoral” (*idem, ibidem*, p. 373-374).

Acreditava que o crime cometido em Canudos se tornara possível pelo isolamento geográfico e cultural da região: “Ademais, não havia temer-se o juízo tremendo do futuro. A História não iria até ali”. E evocava o cronista holandês Gaspar Barlaeus sobre os desmandos da época colonial: “Canudos tinha muito apropriadamente, em roda, uma cercadura de montanhas. Era um parêntese; era um hiato; era um vácuo. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava” (*idem, ibidem*, p. 537-538). Imersos em um território fora das leis da história e da geografia, os soldados e os oficiais tinham certeza da impunidade e recuavam no tempo, agindo de forma bárbara e selvagem.

Mas Euclides se afastou, em parte, do determinismo geográfico, ao admitir a possibilidade de o homem amenizar os efeitos das secas pela construção de açudes e canais, tomando, como exemplo, a atuação dos romanos e dos franceses na Tunísia. Criticou também a devastação do meio ambiente promovida pelas queimadas que o colonizador aprendera com os indígenas, assumindo o papel de “terrível fazedor de desertos”. Capaz de criar desertos, o homem poderia também extingui-los, corrigindo o passado.

Distanciou-se ainda do naturalismo ao transformar a natureza em símbolo que projeta sombras e imagens sobre a narrativa. A vegetação da caatinga permitiria antever o sacrifício dos sertanejos executados pelos soldados. As flores rubras das cabeças-de-frade, deselegantes e monstruosas, lembravam “cabeças decepadas e sanguinolentas jogadas por ali, a esmo, numa desordem trágica”. As palmatórias-do-inferno, “diabolicamente eriçadas de espinhos”, evocavam o martírio dos seguidores do Conselheiro (*idem, ibidem*, p. 54-55, 65).

O LIVRO DA NATUREZA

Euclides confessou, em carta de 1903 a Luís Cruls, que alimentava, havia muito, o sonho de uma viagem ao Acre, mas que não via como realizá-la (Galvão *et al.*, 1997, p. 149). A região era palco desde 1902 de conflitos entre soldados peruanos e seringueiros brasileiros e se tornara alvo de disputas territoriais entre o Brasil, o Peru e a Bolívia. O engenheiro belga Luís Cruls chefiara, em 1901, a comissão de reconhecimento do Alto Javari, na região do Acre, para o Ministério das Relações Exteriores.

Euclides desligou-se, no início de 1904, da atividade de engenheiro que exercia para o governo de São Paulo desde 1895, depois de sua saída do Exército. Sem emprego fixo, retomou a colaboração com *O Estado* e passou a escrever também para *O País*, no Rio de Janeiro, enquanto procurava nova colocação na engenharia. Foi ao Rio pedir ajuda a Lauro Müller, ministro da Viação e Obras Públicas, que fora seu colega na Escola Militar.

Em dois artigos em *O País*, de maio de 1904, apresentava ao governo o "plano de uma cruzada" ou de uma "campanha formidável contra o deserto": "O deserto invoca o deserto. Cada aparecimento de uma seca parece atrair outra, maior e menos remorada, dando à terra crescente receptibilidade para o flagelo". Propunha uma "guerra dos cem anos" de combate às secas do Nordeste, que incluía a exploração científica da região e a realização de um conjunto de obras, como a construção de açudes e poços artesianos, a arborização em larga escala, a construção de estradas de ferro e o desvio das águas do rio São Francisco para as regiões atingidas pela estiagem (Cunha, 1995e, p. 153-160).

Sem perspectivas de obter trabalho como engenheiro, tornou público seu interesse pela Amazônia, ao tomar parte, em maio de 1904, com artigos no *Estado de S. Paulo*, do debate sobre a ocupação do Acre e os conflitos do Peru com a Bolívia e o Brasil, que tomava como movimento de expansão para o Atlântico. Revelava sua disposição para participar de uma das viagens de exploração dos rios da região, Juruá e Purus, que se anunciavam para o ano seguinte.

Temendo a eclosão de uma guerra, criticava, nesses artigos, o envio de tropas brasileiras para o Alto Purus e defendia uma solução diplomática, sem intervenção militar, para as questões de fronteira. Mostrava-se favorável aos termos do Tratado de Petrópolis, que o Brasil assinara com a Bolívia no ano anterior, incorporando o território do Acre, que havia sido ocupado por seringueiros vindos do Norte e do Nordeste (*idem, ibidem*, p. 179-189).

O Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, nomeou Euclides, em agosto de 1904, chefe da comissão brasileira de reconhecimento

do Alto Purus, com a missão de fazer o levantamento cartográfico das cabeceiras do rio. Viajou, em 1905, de Manaus às nascentes do Purus, desbravando uma nova fronteira, desconhecida da ciência.

Como Alexander von Humboldt, que estudara mapas e documentos em Paris, para se preparar para a viagem à América, narrada na *Relation historique du voyage aux régions équinoxiales du nouveau continent* [Relato histórico da viagem às regiões equinociais do novo continente] (1814-1825), Euclides consultou relatos de viagem, relatórios administrativos e mapas das expedições anteriores. Leu Humboldt, Martius, Spix, Agassiz, Bates, Chandless, Tavares Bastos, Sousa Coutinho e Soares Pinto, antes de mergulhar na escuridão do desconhecido. Estudou sobretudo o relatório da expedição à mesma região, realizada pelo inglês William Chandless em 1861.

Na viagem para Manaus, desapontou-se ao entrar no rio Amazonas, que não correspondia ao ideal que concebera a partir das "páginas singularmente líricas" de Humboldt e de outros exploradores, como Frederick Hartt e Walter Bates. Observou em *À margem da história*: "ao defrontarmos o Amazonas real, vemos-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada".

A visão da paisagem entrava em conflito com a imagem pré-dada, criada a partir da leitura dos viajantes, como contou em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras: "Afinal, o que prefigurara grande era um diminutivo: o diminutivo do mar, sem o pitoresco da onda e sem os mistérios da profundura". Com seus "horizontes vazios e indefinidos", nos quais as linhas horizontais predominavam sobre as verticais, quase inexistentes, o rio lhe provocava uma "monotonia inatúrável" (*idem*, 1995b, p. 229; *idem*, 1995g, p. 249).

Tal confronto com a natureza é mediado pela leitura dos cronistas e viajantes, com suas visões fantásticas e fabulosas, e pelo decifrar dos cartógrafos, cuja geografia se confundia com a mitologia. Euclides projetava imagens e noções sobre o meio amazônico e a floresta tropical, fornecidas pelos exploradores, que não se ajustavam às emoções e às sensações provocadas pela realidade observada. Retificou tais visões até formar seu próprio conceito da Amazônia como "paraíso perdido", página incompleta do *Gênesis*, cuja criação ainda não se concluíra.

Intoxicado por leituras que apregoavam a impossibilidade de civilização nos trópicos, Euclides encantou-se com Belém, cujo esplendor desmentia as profecias negativas dos filósofos europeus. A cidade causou-lhe surpresa com seu paisagismo moderno, avenidas largas e arborizadas, edifícios majestosos, praças aprazíveis e gente de hábitos cosmopolitas. Passou ali duas horas inesquecíveis, como escreveu ao pai, e visitou o Museu Paraense de História Natural, onde se encontrou com os naturalistas Emílio Goeldi

e Jacques Huber, que lhe deu cópia de trabalho sobre a região (Galvão *et al.*, 1997, p. 249).

De volta ao navio, varou a noite na leitura do estudo de Huber, como contou no discurso na Academia Brasileira de Letras:

Deletreei-me a noite toda: e na antemanhã do outro dia – um daqueles *glorious days* de que nos fala Bates, subi para o convés, de onde, com os olhos ardidos da insônia, vi, pela primeira vez, o Amazonas... Salteou-me, afinal, a comoção que eu não sentira.

O rio converteu-se em um “mundo maravilhoso”, que estimulava a imaginação e a expressão artística:

A própria superfície lisa e barrenta era mui outra. Porque o que se me abria às vistas desatadas naquele excesso de céus por cima de um excesso de águas, lembrava [...] uma página inédita e contemporânea do *Gênesis* (Cunha, 1995b, p. 230).

Em um primeiro momento, anterior à viagem, prefigurou a visão da natureza por meio da leitura. Desiludido com a paisagem observada, retornou aos livros em busca de chaves ou pistas que pudessem levá-lo à estesia. “Última página” do *Gênesis*, a Amazônia se oferece ao homem como livro aberto à decifração, cuja escrita ou formação ainda não se completou: “É uma terra que ainda se está preparando para o homem – para o homem que a invadiu fora de tempo, impertinentemente, em plena arrumação de um cenário maravilhoso” (Galvão *et al.*, 1997, p. 252).

A metáfora do livro da natureza e do mundo foi abordada por Ernst Robert Curtius, em *Literatura européia e Idade Média Latina*, como um dos tópicos, ou imagens recorrentes, da literatura ocidental. Seu percurso pode ser rastreado da eloquência sagrada à filosofia medieval, até passar ao uso geral da linguagem, tendo sido empregada como imagem laica, afastada das origens religiosas, por Diderot, Voltaire e Rousseau, pelos pré-românticos ingleses e pelos românticos alemães (Curtius, 1996, p. 375-429).

Euclides concebeu os sertões nordestinos e amazônicos como espaços vazios, fora da escrita e da civilização, e recorreu ao livro como mediador na observação da paisagem. Partindo da cultura escrita, o viajante se voltava para a paisagem, de modo a reinterpretá-la por meio da notação literária e científica.

OS SERTÕES AMAZÔNICOS

Euclides passou três meses em Manaus, de janeiro a abril de 1905, às voltas com os preparativos da viagem ao Purus. Sentiu-se confinado na cidade, como

os seringueiros presos às zonas de extração do látex. Cercado de obstáculos para a partida da expedição, irritava-se com a agitação de Manaus, "Meca tumultuária dos seringueiros", "comercial e insuportável", "meio caipira, meio européia", onde o yankee se punha lado a lado com o seringueiro (Galvão *et al.*, 1997, p. 252-256).

Ficou doente, com febre alta, e passou mal com o calor e a umidade de um clima que julgava, com ironia, bom apenas para as palmeiras. Tinha a sensação, em plena cidade tropical, de estar preso em um quarto escuro e estreito. "Vivo sem luz, meio apagado e num estonteamento", escreveu em uma de suas cartas de Manaus, repletas de queixas e desabaços (*idem, ibidem*, p. 266). A vastidão da natureza entrava em choque com o sufoco do espaço urbano.

Passado um mês, reconciliou-se com o clima amazônico, com suas "manhãs primaveris e admiráveis", mas continuou a enfrentar dificuldades para partir rumo a seu "duelo com o deserto". Escreveu, em março, a Coelho Neto, sobre a atração que sentia pelo deserto amazônico, onde poderia satisfazer sua necessidade de solidão:

Não te direi os dias que aqui passo, a aguardar o meu deserto, o meu deserto bravo e salvador onde pretendo entrar com os arremessos britânicos de Livingstone e a desesperança italiana de um Lara, em busca de um capítulo novo no romance mal-arranjado desta minha vida (*idem, ibidem*, p. 250, 266).

Havia poucos barcos disponíveis para a comissão brasileira, e as lanchas dos peruanos estavam nos estaleiros em Belém para consertos. O Itamarati demorava para enviar as instruções da viagem. O atraso foi desastroso para a expedição, que saiu com os rios em baixa e enfrentou inúmeras dificuldades, que acabaram por comprometer a saúde de Euclides e impediram a exploração de uma das cabeceiras do Purus. Mas não se deixava abater. "Certo não se me fraqueará o ânimo: marcharei a pé para o meu objetivo", afirmou em carta ao crítico José Veríssimo (*idem, ibidem*, p. 267).

A expedição partiu de Manaus para uma viagem de seis meses e meio, de abril a outubro de 1905. Saindo na vazante dos rios, tiveram de abandonar as lanchas a vapor e fazer grande parte do percurso a pé, com canoas arrastadas a pulso. O barco com os víveres e mantimentos naufragou. Chegaram famintos e esfarrapados ao Cujar, uma das cabeceiras do Purus, e desvendaram o mistério de sua ligação com os rios Ucayali e Madre de Dios, feita através de varadouros abertos pelo homem.

Euclides fez o reconhecimento hidrográfico do Purus e preparou os mapas que, junto com os resultados da expedição ao Juruá realizada pelo coronel Belarmino Mendonça, permitiram ao Barão do Rio Branco resolver as questões de fronteira entre o Brasil e o Peru, em setembro de 1909.

De Manaus, após o retorno da expedição, Euclides escreveu novamente a Veríssimo, seu colega na Academia Brasileira de Letras. Sentia que as privações e os sofrimentos enfrentados em sua “batalha obscura e trágica com o deserto” lhe prejudicaram a vida (*idem, ibidem*, p. 290). Voltou ao Rio de Janeiro, no início de 1906, com a saúde debilitada. Contraiu, na selva, malária crônica e incurável, com febres periódicas, que se juntou à tuberculose da infância. Sofria de alucinações, com o espectro de uma mulher de branco que o perseguia nas noites insones.

O INFERNO URBANO

De volta da selva, encontrou a capital da República transfigurada pelas reformas urbanas do prefeito Pereira Passos. O antigo centro tinha sido remodelado com a abertura da Avenida Central, atual Av. Rio Branco, inaugurada em 1905. A capital o irritava, com seu cosmopolitismo postiço e a presença ostensiva dos bondes e automóveis, como contava em carta ao diplomata Domicio da Gama: “Há um delírio de automóveis, de carros, de corsos, de banquetes, de recepções, de conferências, que me perturba – ou que me atrapalha, no meu *ursismo* incurável” (*idem, ibidem*, p. 341).

Adido ao Ministério das Relações Exteriores, encarregado de trabalhos de cartografia, sentia o desconforto de uma posição instável, sem posto definido, sujeito às graças do Barão do Rio Branco, já que não pertencia ao quadro efetivo de funcionários. O “inferno” prolongava-se em casa, com a mulher envolvida com um jovem cadete, Dilermando de Assis, que contava com a amizade dos filhos.

Apesar das privações passadas no Acre e da saúde muito comprometida, esperava que se abrisse de novo a “trilha do deserto”, como escreveu a Oliveira Lima (*idem, ibidem*, p. 363). Pretendia fiscalizar a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, mas desistiu em razão da oposição do pai e na esperança de fazer viagem de demarcação de fronteiras com a Venezuela, que acabou por não realizar.

Retomou, em 1907, os assuntos latino-americanos em uma série de artigos no *Jornal do Comércio*, do Rio, reunidos no livro *Peru versus Bolívia*, que logo foi traduzido para a língua espanhola. Criticava as pretensões do Peru, que reivindicava parte da região do Acre, incorporada ao território brasileiro e boliviano, e tomava partido da Bolívia.

Pretendia sintetizar suas impressões da Amazônia em *Um paraíso perdido*, título que evocaria o poema épico do inglês John Milton, *Paradise lost* (1674), sobre a queda de Adão e sua expulsão do paraíso. Seria, em suas palavras, o seu “segundo livro vingador” (*idem, ibidem*, p. 306). Queria integrar,

como em *Os sertões*, uma ampla interpretação histórico-cultural ao clamor por justiça social e pela modernização do país. Sua morte repentina em 1909, em tiroteio com o amante de sua mulher, Ana, interrompeu a redação do livro.

O fracasso de tal projeto encontra sua imagem na natureza amazônica, que Euclides via como inacabada e tumultuada, em permanente instabilidade. O traçado dos rios faz-se e desfaz-se. Ilhas surgem e desaparecem, margens mudam de lugar. Observou em *À margem da história*: "o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem..." (*idem*, 1995g, p. 249).

A passagem do homem é igualmente efêmera. São "construtores de ruínas", entregues ao extrativismo econômico e à devastação ambiental. Não haveria como fixar, em linhas definitivas, uma natureza submetida, segundo ele, ao "exaspero de monstruoso artista incontentável". Como seu intérprete, o rio é barroco na volúpia vertiginosa da recriação incessante: retoca, refaz e recomeça um quadro perpetuamente indefinido. Recordava, com suas curvas infundáveis, "o roteiro indeciso de um caminhante perdido, a esmar horizontes, volvendo-se a todos os rumos ou arrojando-se à ventura em repentinos atalhos" (*idem, ibidem*, p. 255-256; *idem*, 1995f, p. 495).

Toda cartografia ou interpretação da Amazônia não passariam, para Euclides, de tentativas de captação de um objeto em mutação constante. O estilo e a cognição giram, em seus ensaios amazônicos, como espirais em torno do inapreensível. A vegetação labiríntica e o emaranhado dos rios encontravam expressão em uma sintaxe igualmente sinuosa. A opulência da floresta se recriava no vocabulário luxurioso.

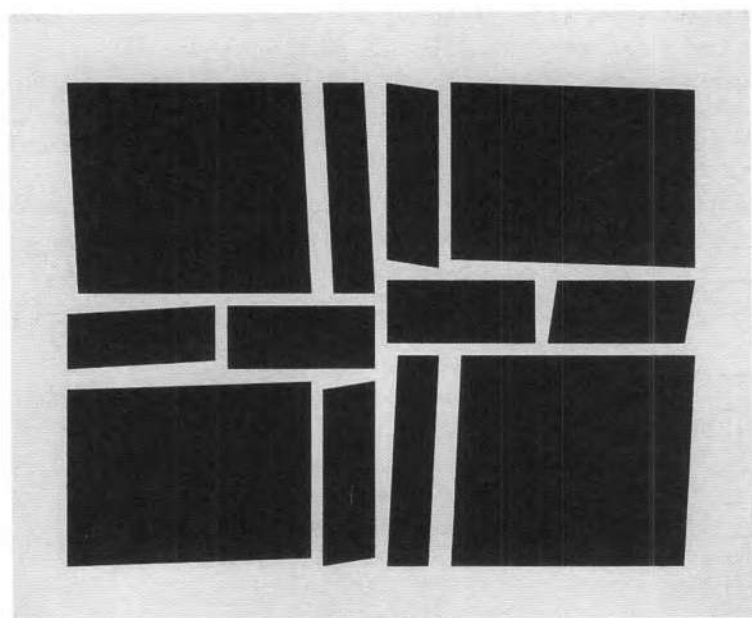
Propôs, no prefácio a *O inferno verde*, romance amazônico do engenheiro Alberto Rangel, seu antigo colega da Escola Militar, uma "guerra de mil anos contra o desconhecido", que permitisse arrancar "os derradeiros véus da paragem maravilhosa, onde hoje se nos esvaem os olhos deslumbrados e vazios". Imaginou a Amazônia como esfinge, que provocava a "vertigem do deslumbramento" e encerrava os mais recônditos segredos, cuja decifração traria o fim da história natural: "Mas então não haverá segredos na própria Natureza. A definição dos últimos aspectos da Amazônia será o fecho de toda a História Natural..." (*idem*, 1995f, p. 493).

Euclides julgava inexorável a marcha do progresso e da civilização, que traria a absorção do indígena e do sertanejo pelas raças e culturas tidas como superiores. Os sertões, quer nordestinos, quer amazônicos, são vistos como desertos, espaços fora da escrita. Ao explorar a caatinga e a floresta

e ao resgatar o sertanejo do esquecimento, o narrador-viajante procurava inseri-los na história. O escritor defendia a integração dos sertões à escrita e à história, cujos limites e cujas fronteiras estariam em contínua expansão desde a chegada dos navegadores e colonizadores europeus à terra brasileira. Povoar, colonizar e escriturar são os instrumentos de tal transplante da civilização para os territórios bárbaros. Fora da escrita e da história, não há salvação: só existe o deserto.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e interpretação de Os sertões*. São Paulo: Edart, 1966.
- "BANQUETE". *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), 23 de agosto de 1908.
- BARROS, Lourival Holanda. "Historiografia a tintas nada neutras". *Revista USP*, 13: 44-47, São Paulo, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1978. (Trad. *A escrita da história*). Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CUNHA, Euclides da. *Canudos: diário de uma expedição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- _____. *Os sertões: campanha de Canudos* (1902). São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. "Em viagem" (1884). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2 v., 1995a.
- _____. "Academia Brasileira de Letras [Discurso de recepção]" (1903). *Obra completa*, 1995b.
- _____. "Entre os seringais" (1906). *Obra completa*, 1995c.
- _____. "Relatório da comissão mista brasileira-peruana de reconhecimento do Alto Purus" (1906). *Obra completa*, 1995d.
- _____. "Contrastes e confrontos" (1907). *Obra completa*, 1995e.
- _____. "O inferno verde" (1908). *Obra completa*, 1995f.
- _____. "À margem da história" (1909). *Obra completa*, 1995g.
- CURTIUS, Ernest Robert. *Literatura européia e Idade Média latina*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1996.
- "EXPOSIÇÃO NACIONAL". *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), 11 de agosto de 1908.
- GALVÃO, Walnice Nogueira e GALOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997.
- HARDMAN, Francisco Foot. "Antigos modernistas". In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992 a.
- _____. "Euclides e os sertões amazônicos". *Amazonas em tempo*. Manaus, 1992b.
- _____. "O 1900 de Euclides e Escobar: duas crônicas esquecidas". *Remate de males*, 13: 7-11. Campinas, 1993.
- LIVRO DO CENTENÁRIO (1500-1900). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, 4 v.
- RABELLO, Sylvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa recopilado*. Lisboa: Lacerdina, 1813, 2 v.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TAINÉ, Hippolyte. *Histoire de la littérature anglaise* (1863). Paris: Hachette, 1905, 5 v.
- TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o paraíso perdido*. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1978.



Hélio Oiticica.
Metaesquema, 1958. Guache sobre papel, 0,55 X 0,64 m.

SOBRE OS AUTORES

ANGÉLICA MADEIRA é doutora em Semiótica pela Universidade de Paris VII e professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco, MRE. Publicou artigos e ensaios em periódicos nacionais e estrangeiros sobre literatura e cultura brasileira e arte contemporânea. Em parceria com Mariza Veloso, publicou *Leituras brasileiras, itinerários no pensamento social e na literatura*, pela Editora Paz e Terra, 1999, reeditado em 2000. Editou a Revista *Sociedade e Estado* entre 1991 e 1995. Atualmente é diretora da Casa da Cultura da América Latina, do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília.

FÁBIO LUCAS é presidente da União Brasileira de Escritores, SP; ex-professor da Universidade de Brasília, ex-professor da Universidade Federal de Minas Gerais; ex-diretor do Instituto Nacional do Livro; autor de 34 obras de ensaios, sendo a última *Luzes e trevas – Minas Gerais no século XVIII*, pela editora da UFMG, Belo Horizonte, 1998.

FLÁVIO GOLDMAN é bacharel em Direito e diplomata de carreira, servindo atualmente na Embaixada do Brasil em Roma. O presente artigo foi elaborado a partir de sua monografia para a disciplina "Leituras Brasileiras" do curso para formação de diplomatas, do Instituto Rio Branco, MRE.

LÚCIA LIPPI OLIVEIRA é doutora em Sociologia, pesquisadora do CPDOC/Fundação Getúlio Vargas – RJ. Possui vários livros e ensaios sobre o pensamento social brasileiro e sobre as representações da identidade nacional. Publicou, dentre outros, *A questão nacional na 1ª República* (Ed. Brasiliense, SP, 1990), *A sociologia do guerreiro* (Ed. UFRJ, RJ, 1994) e *Americanos* (Ed. UFMG, 2000).

LUIZ TATIT é professor associado (livre-docente) do Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Autor dos livros *A canção: eficácia e encanto* (Ed. Atual, 1986), *Semiótica da canção: melodia e letra* (Ed. Escuta, 1994), *O cancionista: composição de canções no Brasil* (Edusp, 1996) e *Musitando a semiótica: ensaios* (Ed. Anna Blume, 1997). Tatit é também compositor e, em sua atividade com o grupo Rumo, gravou seis LPs e dois CDs contendo 46 canções de sua autoria. Lançou, em 1997, o seu primeiro CD solo ("Felicidade") pela Dabliu, com mais 13 composições inéditas.

MARISA LAJOLO é professora titular do Departamento de Teoria Literária da Unicamp, foi professora visitante da Brown University, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e da Escola de Comunicações e Artes da mesma universidade. Tem vários trabalhos publicados sobre leitura e literatura (*A formação da leitura no Brasil*, 1996; *A leitura rarefeita*, 1991) e sobre história literária (*Negros e negras em Monteiro Lobato, apud Lendo e escrevendo Lobato*, 1999; *Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história? Apud Historiografia brasileira em perspectiva* 1998). Seu livro *Do mundo da leitura para a leitura do mundo* ganhou o prêmio Jabuti (ensaio) em 1995.

MARIZA VELOSO é doutora em Antropologia e professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco, MRE. Autora de artigos e ensaios sobre cultura brasileira e patrimônio cultural e, em parceria com Angélica Madeira, publicou *Leituras brasileiras, itinerários no pensamento social e na literatura*, pela Editora Paz e Terra, 1999, reeditado em 2000.

MARY LUCY MURRAY DEL PRIORE é professora de História do Brasil Colonial nos Departamentos de História da USP e PUC/RJ. Autora de 14 livros sobre o período, foi duas vezes vencedora do prêmio Casa Grande & Senzala, outorgado pela Fundação Joaquim Nabuco, e do Prêmio Jabuti para obra de relevo em Ciências Sociais. Colabora com revistas científicas nacionais e internacionais, além de manter uma crônica mensal no jornal *O Estado de S. Paulo*.

MURILO F. GABRIELLI é bacharel em Administração de Empresas e diplomata de carreira. Teve experiência como jornalista na Folha de S. Paulo e, atualmente, trabalha na Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores. O presente artigo foi elaborado a partir de sua monografia para a disciplina "Leituras Brasileiras" do curso para formação de diplomatas do Instituto Rio Branco, MRE.

ROBERTO VENTURA é professor de Teoria Literária e Literatura Comparada na Universidade de São Paulo. Foi coordenador da área de história cultural do Instituto de Estudos Avançados da USP de 1993 a 1994. É autor de *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bonfim* (São Paulo, Moderna, 1984, com Flora Süssekind), *Escritores, escravos e mestiços em um país tropical* (Munique, W. Fink, 1987) e *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil* (São Paulo, Companhia das Letras, 1991).

WILLI BOLLE é professor de Literatura na Universidade de São Paulo. É autor, entre outras publicações, de *Fisiognomia da Metrópole moderna. Representação da história em Walter Benjamin* (São Paulo, Edusp, 1994) e de vários estudos sobre a obra de Guimarães Rosa.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

1. Lopo Homem.
Atlas náutico português, dito Miller. "Hec est universi orbis ad hanc usque diem cogniti tabula...", 1519. Pergaminho, 42 x 59 cm.
Coleção Marcel Destombes. XVII Exposição Européia de Arte, Ciência e Cultura. Jerónimos I. Os Descobrimientos portugueses e a Europa do Renascimento. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa, 1983.
2. João Teixeira - cosmógrafo de Sua Majestade.
Descrição de toda a costa da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamão Brasil, 1642. Pergaminho.
XVII Exposição Européia de Arte, Ciência e Cultura. Jerónimos I. Os Descobrimientos portugueses e a Europa do Renascimento. Presidência do Conselho de Ministros. Livraria do Conde de Redondo. Lisboa, 1983.
3. Coração de Jesus.
MA, sem data. Madeira policromada e dourada, 97 x 78 x 10 cm.
Herança Barroca. Palácio do Itamaraty, Brasília, DF. Fundação Armando Álvares Penteado. Catálogo da exposição, 1997. Curadoria de Maria Isabel Branco Ribeiro, SP. Foto de Fernando Silveira.
4. Nossa Senhora da Conceição Missioneira.
Missões, RS, séc. XVIII. Cedro, 108 x 45 cm.
Herança Barroca. Palácio do Itamaraty, Brasília, DF. Fundação Armando Álvares Penteado. Catálogo da exposição, 1997. Curadoria de Maria Isabel Branco Ribeiro, SP. Foto de Ricardo Moure Neto.
5. Nicolas Antoine Taunay.
Morro de Santo Antônio em 1816. 1817-1818 c.
Óleo sobre tela, 45 x 56,5 cm.
O Brasil dos Viajantes. Volume 3, A Construção da Paisagem. Ana Maria de Moraes Belluzzo. Fundação Odebrecht, 1994.
6. Jean Baptiste Debret.
Marimba. Passeio de domingo à tarde, 1826. Aquarela sobre papel, 17,2 x 22,3 cm.
A Forma Difícil - Ensaio sobre arte brasileira, de Rodrigo Naves. Editora Ática, 1996. Museu da Chácara do Céu, Rio de Janeiro.
7. Almeida Júnior.
O violeiro. 1899. Óleo sobre tela, 141 x 172 cm.
A Forma Difícil - Ensaio sobre arte brasileira, de Rodrigo Naves. Editora Ática, 1996.

8. Maria Martins.
A soma de nossos dias, 1954/55. Sermolite e estanho, 330,9 x 190,7 x 64,9 cm.
Acervo Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, SP.
9. Humberto Mauro.
Favela dos meus amores, 1955.
Enciclopédia do Cinema Brasileiro. Organizadores: Fernão Ramos e Luís Felipe Miranda.
10. Poty.
Ilustrações para o livro Sagarana, de João Guimarães Rosa, 1958.
Sagarana, Editora José Olympio.
11. Hélio Oiticica.
Metaesquema, 1958. Guache sobre papel, 0.55 x 0.64 m.
A forma difícil – ensaio sobre a arte brasileira, de Rodrigo Novaes. Editora Ática, 1996.
12. Nelson Pereira dos Santos.
Vidas secas, 1963.
Arquivo F. Canosa.
13. Rogério Duarte.
Cartaz para o filme "Deus e o Diabo na Terra do Sol", de Glauber Rocha, 1963.
14. Rubem Valentim.
Objeto emblemático 4, 1969. Madeira recortada e pintada, 208 x 79 x 73 cm.
Escultura brasileira, perfil de uma identidade. Exposição realizada no BID, Washington, DC, e Banco Safra, SP. Idealização e coordenação de Elcior Ferreira de Santana Filho e curadoria de Emanuel Araújo, Banco Safra, 1997.
15. Oswald Goeldi.
Pescador, tiragem póstuma, 1970. Xilogravura, 25 x 36 cm.
Roberto Pontual. Entre dois séculos – arte brasileira do século XX na Coleção Gilberto Chateaubriand/MAM, RJ, Editora JB.
16. Athos Bulcão.
Painel de azulejos, 1983. Palácio do Itamaraty, Anexo. Brasília.
Athos Bulcão 80 anos. Projeto Pinacoteca no Parque. Pinacoteca de São Paulo, 1998.
17. Amílcar de Castro.
Sem título, 1983. Nanquim sobre papel, 106 x 76 cm.
Radha Abramo. *A cor e o desenho do Brasil.* Ministério das Relações Exteriores, Petrobras e Varig. Organização Centro Brasileiro de Projetos de Arte – CBPA, 1984.

18. Glauco Rodrigues.

Samba enredo, 1975. Óleo sobre madeira, 80 x 100 cm.

Coleções de Brasília. Acervos do Banco do Brasil, Banco Central e Caixa Econômica Federal. Palácio do Itamaraty. Ministério da Cultura, 1995.

19. Leonilson.

34 com scars, 1991. Acrílico, bordado, tela, 41 x 31 cm.

LAPIZ – Revista Internacional de Arte. Ano XVI. Números 134-135. Espanha, 1997.
Col. Theodorino Torcuato Dias e Carmen Bezerra Dias, São Paulo.

20. Leda Catunda.




Duas bocas, 1994. Acrílico sobre tela, 225 x 207 cm.

LAPIZ – Revista Internacional de Arte. Ano XVI. Números 134-135. Espanha, 1997.
Coleção Galeria Camargo Vilaça. Foto: Eduardo Ortega.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Amílcar de Castro, Ana Resende, Bené Fonteles, Berê Bahia, César Oiticica Filho, Editora José Olympio, Fundação Athos Bulcão, Glauco Rodrigues, Leda Catunda, Lia Alencastro, Márcia Santana Pereira do Santos, Roberto Leite, Rogério Duarte, Sérgio Moriconi, Wagner Barja.





tivas, por exemplo, à identidade, à alteridade, ao erudito e ao popular, ao papel da cultura na construção da nacionalidade. Questões capazes de nos fazer redescobrir o país, iluminando, e ao mesmo tempo alimentando, nossa mais antiga obsessão coletiva, a de tentar decifrar o enigma Brasil.

Janaína Amado

Textos de

Fábio Lucas

Flávio Goldman

Lúcia Lippi Oliveira

Luiz Tatit

Marisa Lajolo

Mary del Priore

Murilo F. Gabrielli

Roberto Ventura

Willi Bolle

e de

Angélica Madeira

e Mariza Veloso

(organizadoras)

A diversidade dos textos publicados nesta coletânea revela uma busca deliberada de criar novas conexões entre abordagens históricas, sociológicas e literárias de narrativas que se inserem nessa tradição de "retratos do Brasil".

Identidade e alteridade constituem um par produtivo na permanente e obsessiva tarefa de construir a nação. O que se repete nessa fala engasgada, que ora afirma ora nega a singularidade dessa construção? Que discurso é esse que não pára de questionar seus pressupostos e de questionar-se a si mesmo?

Evidencia-se assim como o processo de construção histórica de uma nação é acompanhado pela emergência de narrativas que formam as várias camadas de sentido e que, ao admitirem múltiplas leituras, de acordo com os interesses e as preocupações de cada geração, vão contribuindo para tornar mais denso o campo de estudos sobre o Brasil.

Código EDU: 303399

ISBN 85-230-0606-0



9 788523 006068